

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE
BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES.



ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

CONTEÚDO

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da Administração
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência
Registro ANS nº 41753-0

Campinas, 15 de março de 2024.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência submete à apreciação dos senhores Associados Titulares, o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, devidamente auditados por Auditoria Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência é uma Operadora de Planos de Saúde, com registro definitivo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 41753-0, fundada em 27 de abril de 2010.

Política de destinação de resultados

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência foi constituída sob a forma de Associação sem fins lucrativos, cujo eventual resultado econômico não é distribuído, mas sim aplicado integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais da Entidade. Em 2023, face à exigência de cumprimento da Margem de Solvência, a Operadora manteve em seu Patrimônio Líquido o superávit do exercício, não aplicando na manutenção dos seus objetivos institucionais. Dessa forma, em **31 de dezembro de 2023, o total do Déficit de R\$ 3.075.134 milhões, foi acumulado ao resultado existente de exercícios anteriores, perfazendo o montante de Superávits Acumulados, no Patrimônio Líquido de R\$ 50.651.113 milhões.**

Principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” entidade e/ou no resultado do exercício

Em 2023, a Operadora realizou a manutenção e melhorias das melhores práticas de Governança Corporativa, em atendimento ao requerido na Resolução Normativa - RN n ° 518, de 29 de abril de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, validados por auditoria independente, juntamente com a elaboração do PPA – Procedimentos Previamente Acordados, conforme preconizado no ANEXO V da referida resolução. Com a adoção do Capital Regulatório, a partir do exercício de 2024, a Operadora terá condições de manter o requisito da Margem de Solvência, considerando as práticas da Governança Corporativa.

Também em 2023, a Operadora realizou a Ampliação da rede em atendimentos próprios, contando com uma nova Unidade de Multi-especialidade, na Av. Andrade Neves.

A perspectiva de atenção humanizada foi concretizada em 2023, com a criação de um local específico com multi-especialidades totalmente voltada para o idoso, denominado “Centro de Atenção ao Idoso”, garantindo o acompanhamento das doenças crônicas com a finalidade de um tratamento imediato e corretamente aplicado.

A gestão do Centro de Oncologia própria, através de uma nova estrutura organizacional nas compras dos medicamentos quimioterápicos e tratamentos com equipe médica especializada de Campinas, também foi uma concretização das metas da Operadora de curto e médio prazo.

Além disso, diante do aumento da demanda de tratamento a pacientes com Transtorno do Espectro Autista – TEA, houve a necessidade da construção de uma Unidade de Atendimento própria, cuja construção foi finalizada no exercício de 2023, denominada “Teabilita”.

Em 12/2022, a Operadora adquiriu da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência o Centro de Tratamento Oncológico como serviço próprio, através do contrato de compra e venda, no valor de R\$ 42 milhões. O cálculo aplicado para o valor entre as partes envolveu uma combinação de negócios, com pagamento de ágio, considerando diversos aspectos, sendo o principal a manutenção e qualidade ao atendimento dos beneficiários em tratamento oncológico.

Essa operação passou por um processo de revisão dos cálculos em 2023, uma vez que a realização da redução dos custos não ficou dentro das expectativas consideradas no primeiro cálculo, sendo necessária uma redução dos valores que, para que não houvesse impacto no cálculo do impairment, com redução do capital regulatório, a Real Sociedade devolverá através de contrato de confissão de dívida, o montante da diferença recalculada (R\$ 35 milhões), em 120 parcelas mensais e consecutivas.

A Operadora é uma Associação sem fins lucrativos *e não sofreu alteração na organização societária*.

Perspectivas para o exercício de 2024

Em 2024 a Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência tem trabalhado com foco nos serviços próprios, visando além da redução de custos, a melhoria na gestão dos serviços aos beneficiários, buscando por melhores resultados, ainda com cenários econômicos desafiadores.

Agradecendo à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal, aos Prestadores Médicos e Hospitalares pela confiança depositada, com a certeza de que seguiremos firmes em direção ao crescimento e fortalecimento desta Associação.

A Diretoria.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA D E BENEFICÊNCIA
Arly de Lara Romêo
Diretor Executivo



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência. (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF)

Conforme nota explicativa nº 1 (Contexto Operacional), Associação aderiu a um novo Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”), sendo notificada pela ANS através dos ofícios nº 1731/2022 e nº 1919/2022. Em 19 de outubro de 2022 a Associação protocolou sua resposta aos ofícios da ANS através do documento SEI nº 25080330, onde tais anomalias destacadas no TAOEF foram sanadas pela “Associação”.

Em 2023 a operadora foi notificada pela ANS através dos ofícios nº 13/2023, 55/2023 e 96/2023 datados de 27 de março de 2023, 01 de agosto de 2023 e 07 de dezembro de 2023, respectivamente e efetuou suas respostas aos questionamentos e aos assuntos pautados nos referidos ofícios e nas notas técnicas anexadas. Contudo, o encerramento do TAOEF, dependerá agora de análise e aprovação pela ANS.



Margem de Solvência

Conforme nota explicativa nº 19 – Patrimonio Social, a Operadora calculou os indicadores de margem de solvência, considerando a redução do capital regulatório, de acordo com o comunicado da ANS que prevê a redução do CBR (Capital Baseado em Riscos). A manutenção dos indicadores e validação da margem de solvência depende do deferimento da ANS, que está analisando a documentação sobre Governança Corporativa, bem como a manutenção do patrimônio social nos níveis exigidos pela ANS.

Antecipações de Produções Médicas e Termo de Confissão de Dívida

Conforme nota explicativa nº 08 item (i), a “Associação” efetuou antecipações de produções médicas e firmou um termo de confissão de dívida oriundo da aquisição do Centro de Oncologia e Hematologia junto à Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (hospital credenciado), no montante de R\$ 45.157.808 (somando ativo circulante e não circulante). De acordo com a Administração da “Associação”, este saldo será compensado com produções médicas futuras. A realização deste ativo, depende exclusivamente do cumprimento do acordo firmado entre as partes.

Outros assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria foi emitido e datado de 21 de março de 2023, com ênfase sobre o TAOEF e antecipações de produções médicas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo – SP, 27 de março de 2024.



MB Auditores Independentes S.S
CVM nº 11.207
CRC 2SP021390/O-7

Marcelo Bock
Sócio-contador
CRC 1SP128524/O-0

QUADRO 1

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.
(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2023	2022	PASSIVO	nota	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		59.781.501	72.089.493	PASSIVO CIRCULANTE		44.806.468	39.714.757
Disponível	5	440.476	2.409.687	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	12	25.749.614	20.920.860
Realizável		59.341.025	69.679.806	Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	12 (i)	1.039.748	1.056.358
Aplicações Financeiras	6	31.048.024	59.942.147	Provisão de eventos a liquidar	12 (ii)	17.717.907	12.407.796
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		26.705.874	23.883.471	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	12 (iii)	1.834.287	2.006.389
Aplicações livres		4.342.150	36.058.676	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12 (iv)	5.157.672	5.450.317
Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	7	10.182.343	5.377.643	Debitos de operações de assistência a saúde	13	1.014.206	898.473
Contraprestações Pecuniárias a Receber	-	10.039.375	5.261.728	Contraprestações a restituir		443.056	451.626
Participação de beneficiários em eventos e sinistros	-	142.644	115.623	Comercialização sobre operações		571.150	446.847
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência a Saúde	-	324	292	Débitos com Oper.de Assist.à Saúde N. Rel.com Pl. de Saúde da Operadora	14	1.666.028	1.679.410
Bens e Títulos a Receber	8	18.106.098	4.356.708	Outros tributos e contribuições a recolher	15	2.376.967	1.448.035
Despesa Antecipada	-	4.560	3.308	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	12.478.820	8.857.829
ATIVO NÃO CIRCULANTE		67.510.449	76.623.393	Débitos diversos	17	1.520.833	5.910.150
Realizável a Longo Prazo	-	46.117.365	21.959.271	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		30.931.046	28.368.559
Depósitos judiciais	9	8.427.389	8.413.096	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à saúde			
Creditos Tributários e Previdenciários	-	200.695	200.695	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	-	126.761	152.688
Bens e Títulos a receber	8	37.489.281	13.345.480	Provisões			
Investimentos	10	13.586.474	48.304.283	Provisões de ações judiciais	18	8.701.484	8.701.484
Imobilizado	11	7.806.610	6.359.839	Tributos e encargos sociais a recolher			
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	-	1.334.667	1.422.667	Parcelamento de tributos e contribuições	-	-	46.068
Bens Móveis - Não Hospitalares	-	5.939.286	4.404.515	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	21.420.524	18.834.035
Direito de uso em arrendamentos		532.657	532.657	Débitos diversos	17	682.277	634.284
TOTAL DO ATIVO		127.291.950	148.712.886	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		51.554.436	80.629.570
				Patrimônio social	19	903.323	26.903.323
				AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
				Superávit acumulado	-	50.651.113	53.726.247
				TOTAL DO PASSIVO		127.291.950	148.712.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

(Valores expressos em reais)

	nota	2023	2022
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde	-	370.670.951	343.602.923
RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	-	377.675.088	348.597.165
Contraprestações Líquidas	-	377.675.088	348.597.165
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	(7.004.137)	(4.994.242)
Eventos indenizáveis líquidos		(281.459.041)	(254.345.430)
Eventos Conhecidos e Avisados	20.1	(281.751.686)	(253.950.933)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	-	292.645	(394.497)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		89.211.910	89.257.493
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	21	106.560	1.825.449
Receitas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora		-	-
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	-	-
Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		(6.231.963)	(6.516.065)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	(2.701.275)	(1.717.274)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	22	-	-
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(3.530.688)	(4.798.791)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	23	(15.003.482)	(2.498.028)
RESULTADO BRUTO		68.083.025	82.068.849
Despesas de Comercialização	-	(20.947.979)	(17.417.248)
Despesas Administrativas	24	(49.891.954)	(63.771.082)
Resultado Financeiro Líquido		(1.211.751)	4.494.831
Receitas Financeiras	25	8.916.248	10.463.301
Despesas Financeiras	26	(10.127.999)	(5.968.470)
Resultado Patrimonial		893.525	576.867
Receitas Patrimoniais	27	893.525	576.867
Despesas Patrimoniais	-	-	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(3.075.134)	5.952.217
Imposto de Renda	-	-	-
Contribuição Social	-	-	-
Participações no Resultado	-	-	-
RESULTADO DEPOIS DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(3.075.134)	5.952.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.
(Valores expressos em reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit (déficit) líquido do exercício	(3.075.134)	5.952.217
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>(3.075.134)</u>	<u>5.952.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.
 (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Adiantamento para aumento de patrimônio social	Superávits acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	26.903.323	101.627	47.774.030	74.778.980
Reversão de adiantamento para Aumento de Patrimônio Social	-	(101.627)	-	(101.627)
Superávit do exercício	-	-	5.952.217	5.952.217
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	26.903.323	-	53.726.247	80.629.570
Devolução de aporte de fundo social	(26.000.000)	-	-	(26.000.000)
Déficit do exercício	-	-	(3.075.134)	(3.075.134)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	903.323	-	50.651.113	51.554.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 5

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (método indireto)
(Valores expressos em reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávits e Déficits do exercício	(3.075.134)	5.952.217
Ajustes para conciliar o superávit líquido ao caixa consumido nas atividades operacionais		
Depreciação	1.034.927	869.274
Baixa de ativo imobilizado	-	173.062
Reversão de adiantamento para Aumento de Patrimônio Social	-	(101.627)
PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	(292.645)	394.497
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	(16.610)	(114.882)
Provisão de eventos a liquidar	5.310.111	1.383.546
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	(198.029)	360.006
Provisões para contingências	-	8.413.096
	2.762.620	17.329.189
(Aumento) / Diminuição em ativos operacionais		
Contraprestações Pecuniárias a Receber	(4.777.647)	(272.609)
Participação de beneficiários em eventos e sinistros	(27.021)	(50.498)
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	(32)	152
Créditos Tributários e Previdenciários	-	-
Bens e Títulos a Receber - circulante	(13.749.390)	(170.013)
Despesa Antecipada	(1.252)	(513)
Depósitos judiciais	(14.293)	-
Bens e Títulos a receber - não circulante	(24.143.801)	436.161
Aumento / (Diminuição) em passivos operacionais		
Débitos de operações de assistência a saúde	115.733	598.958
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(13.382)	779.760
Outros tributos e contribuições a recolher - circulante	928.932	(189.860)
Débitos diversos	(4.341.324)	6.143.539
Outros tributos e contribuições a recolher - não circulante	(46.068)	(138.199)
CAIXA LIQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(43.306.925)	24.466.067
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações Financeiras	28.894.123	27.749.788
Cotas cooperativas	(282.191)	(327.376)
Aquisição de ativo imobilizado	(2.481.698)	(3.471.044)
Aquisição de investimentos - combinação de negócios	-	(41.375.248)
Reversão de investimento - confissão de dívida RSPB	35.000.000	-
CAIXA LIQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	61.130.234	(17.423.880)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Devolução de aporte de fundo social	(26.000.000)	-
Empréstimos e financiamentos a pagar - circulante	3.620.991	794.579
Empréstimos e financiamentos a pagar - não circulante	2.586.489	(8.122.391)
CAIXA LIQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(19.792.520)	(7.327.812)
CAIXA LIQUIDO (CONSUMIDO) E GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS, DE INVESTIMENTOS OU DE FINANCIAMENTOS	(1.969.211)	(285.625)
A VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES É ASSIM DEMONSTRADA:		
No início do exercício	2.409.687	2.695.312
No final do exercício	440.476	2.409.687
(CONSUMO) E GERAÇÃO DE DISPONIBILIDADES	(1.969.211)	(285.625)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022. (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência doravante “Associação” ou “Entidade”, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída em assembleia geral em 27 de abril de 2010, com registro na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) sob nº 41753-0. A Entidade tem por objetivo a operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde. Sua área de ação e comercialização abrange o município de Campinas e Região, onde está localizada sua sede administrativa. Por se tratar se entidade associativa e com caráter assistencial, goza de privilégios tributários constitucionais e legais para a espécie.

A Operadora assinou Termo de Assunção de Obrigações Econômico e Financeiras (“TAOEF”) aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme processo nº 33902.024721/2011-61, ofício nº 1159/2016 de 05 de setembro de 2016, por prazo de 24 meses, encerrando-se em agosto de 2018. Conforme ofício nº 74/2018 emitido pela ANS, o prazo para cumprimento do TAOEF foi prorrogado para 31 de agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, as anomalias destacadas no TAOEF foram sanadas pela “Associação”. Contudo, o encerramento do mesmo, na ocasião, dependia de análise e aprovação pela ANS.

Conforme Ofício nº 20/2021, a operadora foi questionada acerca das seguintes situações: (i) comprovantes de depósitos efetuados para o hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (ii) revisão da vida útil dos ativos e valor residual; (iii) Amortização do intangível; (iv) Adesão ao plano de capital baseado em risco.

O referido ofício foi respondido pela Operadora, através da nota técnica nº 77/2021 (SEI nº: 21238020) que teve como objetivo verificar as respostas apresentadas pela entidade regulada em relação ao Ofício nº 20/2021.

Em 11 de dezembro de 2021 a Associação foi notificada através do Ofício nº 138/2021, sobre a correção integral dos problemas que ensejaram o TAOEF, sendo constatada, ainda, a inexistência de desconformidades contábeis relevantes e de anormalidades econômico-financeiras que venham a colocar em risco a qualidade e a continuidade da assistência à saúde; razão pela qual se decidiu pelo encerramento do Termo pactuado e pelo arquivamento do processo administrativo nº: 33902.525287/2016-47. Desta forma, em relação aos aspectos contábeis e econômico-financeiros, a operadora voltará a ser monitorada no âmbito do acompanhamento regular das operadoras e mercado.

Em 02 de dezembro de 2021, através da nota técnica nº 124/2021, a Associação obteve a deliberação pelo encerramento do TAOEF e respectivo o arquivamento do respectivo processo administrativo nº 33902.525287/2016-47.

A Operadora assinou um novo Termo de Assunção de Obrigações Econômico e Financeiras (“TAOEF”) aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme processo nº 33910.040102/2021-97. Em 2022 a operadora foi notificada pela ANS, através dos Ofícios nº 1731/2022 e nº 1919/2022 de 08 setembro de 2022 e de 13 de outubro de 2022 respectivamente, onde foram constatadas as seguintes inconsistências contábeis ou desconformidades econômico-financeiras: (i) concessões de empréstimos de forma frequente e em volume significativo da operadora à parte relacionada hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (ii) falta de comprovantes de depósitos efetuados para o hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (iii) falta de envio da comprovação do trânsito em julgado do processo de ISSQN nº 0021749-08.2012.8.26.0114; (iv) esclarecimento sobre os montantes registrados na rubrica “Outros Recebimentos Operacionais; (v) redução de lançamentos indevidos em conta de contraprestações a receber.

Em 19 de outubro de 2022 foi recepcionado pela Operadora o documento SEI nº 25080330, ofício nº 1953/2022, referente ao novo Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”), em resposta aos ofícios nº 1731/2022 e nº 1919/2022 da ANS acima mencionados, onde as anormalidades apresentadas deverão ser sanadas com prazo máximo de vigência de 6 meses, com encerramento em 18/04/2023 em conjunto com a apresentação de um relatório de revisão limitada emitido por auditor independente que valide as medidas adotadas sob pena de cancelamento do referido Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”). Em 12 de abril de 2023 a Operadora protocolou o referido relatório de revisão limitada em resposta ao Ofício da ANS nº 13/2023 datado de 27 de março de 2023, acompanhado da nota técnica nº 10/2023 que além do assunto descrito acima, também constavam: (i) verificação da situação econômico-financeira e a posição da entidade regulada quanto às garantias regulatórias exigidas pela ANS; (ii) verificar se a entidade regulada vem obtendo êxito em resolver os problemas referenciados no ofício nº 1731/2022.

Em 01 de agosto de 2023 a operadora foi notificada pela ANS através do Ofício nº 55/2023 acompanhado da nota técnica nº 66/2023 que tratou os seguintes aspectos: (i) até o final de julho de 2023 o relatório de revisão limitada emitido por auditor independente não havia sido juntado ao processo administrativo de (“TAOEF”) sob o nº 33910.040373/2022-23; (ii) atendimento aos assuntos relativos aos adiantamentos para prestadores de serviços, investimentos em cotas de cooperativas de créditos e investimentos no Centro de Oncologia e Hematologia. Em 30 de agosto de 2023 a operadora protocolou sua resposta ao referido Ofício contendo os seus esclarecimentos sobre os respectivos apontamentos.

Em 07 de dezembro de 2023 a operadora foi notificada pela ANS através do Ofício nº 96/2023 acompanhado da nota técnica 114/2023 que continha os seguintes assuntos: (i) avaliar a resposta oferecida ao Ofício nº 55/2023; (ii) verificar a situação contábil, econômico-financeira e a posição da referida entidade regulada quanto às garantias regulatórias exigidas pela ANS (capital regulatório e ativos garantidores das provisões técnicas); (iii) verificar se a entidade regulada obteve êxito em resolver os problemas referenciados pelo Ofício nº 1731/2022, no âmbito do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras “TAOEF” sob o nº 33910.040373/2022-23. Em 10 de janeiro de 2024 a operadora protocolou sua resposta ao referido Ofício contendo os seus esclarecimentos sobre os respectivos apontamentos, contudo, a Operadora aguarda agora a análise pela ANS, que pode resultar em outros possíveis questionamentos ou a sua aprovação.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Associação está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 – lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09. A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

4.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) Provisões para passivos contingentes e v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

4.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

4.4 ATIVOS CIRCULANTES

a) Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

c) Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.

Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

d) Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por antecipação a fornecedores.

4.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

e) Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de aquisição de carteira de cliente; e direitos de uso do *software*, ambos líquidos de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

4.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

4.7 PASSIVOS CIRCULANTES

4.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela OPS de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos e no caso de ressarcimento ao SUS no momento do recebimento do ABI – Aviso de Beneficiário Identificado. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

4.7.2 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

Em 2015 a Associação calculava a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS – RN 209/09 (art. 3º) e alterações posteriores.

A partir do ano de 2016 a Associação passou a utilizar metodologia de cálculo para PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados própria, por meio de nota técnica atuarial, apresentando um montante no exercício de 2022 constituído de R\$ 5.121.499.

4.7.3 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela RN 314/12, caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

4.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

4.9 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/12 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método indireto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

5. DISPONIVEL

	2023	2022
Caixa	14.462	8.466
Bancos	426.014	2.401.221
	440.476	2.409.687

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2023	2022
Banco Santander e BTG Pactual Fundo dedicado à ANS - PEONA (i)	26.705.874	23.883.471
Aplicações CDB (ii)	4.342.150	36.058.676
	31.048.024	59.942.147

- (i) A Entidade investe em um fundo dedicado a receber recursos de operadoras de planos de saúde, devidamente registradas na ANS, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas. Estas aplicações somente poderão ser movimentadas mediante autorização formal da ANS.
- (ii) Referem-se a aplicações livres em Fundos de Investimentos não exclusivos, com prazos de resgate imediato. A taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 97% a 110% da variação do CDI mensal.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Mensalidade a receber	17.454.201	15.708.906
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	(9.753.924)	(10.889.816)
Faturas a receber	9.845.610	7.868.855
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	<u>(7.363.544)</u>	<u>(7.310.302)</u>
	<u>10.182.343</u>	<u>5.377.643</u>

As regras para o reconhecimento das perdas sobre créditos em conformidade com a RN nº 472 de 29 de setembro de 2021, estão descritas na nota explicativa nº 4 item “c”.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Antecipação de produção médica - rede credenciada (i)	6.810.311	3.347.000
Confissão de dívida - Investimento Oncologia (ii)	7.000.000	-
Adiantamentos a fornecedores	2.416.341	349.614
Materiais e Medicamentos	1.219.352	-
Venda de carteira para empresa de cobrança (iii)	<u>660.094</u>	<u>660.094</u>
Circulante	<u>18.106.098</u>	<u>4.356.708</u>
Antecipação de produção médica - rede credenciada (i)	3.347.497	6.694.497
Confissão de dívida - Investimento Oncologia (ii)	28.000.000	-
Venda de carteira para empresa de cobrança (iii)	2.495.434	3.004.633
Adiantamento IMC - Unidade Pediátrica (iv)	<u>3.646.350</u>	<u>3.646.350</u>
Não circulante	<u>37.489.281</u>	<u>13.345.480</u>

- (i) Refere-se a adiantamentos de produção médica junto a rede credenciada. A Operadora efetuou parcelamento junto ao hospital por meio do Termo de Confissão de Dívida no montante de R\$ 16.735.497, reclassificando para o ativo não circulante os valores relativos as parcelas com vencimento a partir de janeiro de 2024, conforme o Primeiro Aditivo ao Termo de Confissão de Dívida datado de 01 de abril de 2020. Até 31 de dezembro de 2023 foram recebidas 36 parcelas que totalizaram R\$ 10.041.000 restando um saldo a receber de R\$ 6.694.497. O montante remanescente de R\$ 3.463.311 refere-se aos adiantamentos de produção médica efetuados no exercício de 2023.

- (ii) Refere-se ao Termo de Confissão de Dívida em função da aquisição do Centro de Hematologia e Oncologia do Hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência nos termos do contrato de Compra e Venda firmado em 29 de dezembro de 2022. Em decorrência da Operadora não conseguir desenvolver o negócio a ponto de se tornar rentável, o referido termo foi celebrado ente as partes e o valores pagos no montante de R\$ 35.000.000 serão discutidos e devolvidos para a Operadora, conforme nota explicativa nº 10.
- (iii) Refere-se a venda de direitos creditórios oriundos de contratos de assistência à saúde cancelados por inadimplência com a respectiva realização em 92 parcelas. O valor da venda da carteira conforme contrato pactuado com a empresa JRN Assumpção Cobranças Ltda (Grupo Cob) considerando o deságio de 20%, totaliza R\$ 5.335.758,52. Em 13 de março de 2020 a referida empresa protocolou um pedido de suspensão do pagamento das parcelas em virtude da pandemia causada pelo novo corona vírus (COVID-19) até o término da pandemia, o qual foi acatado e assinado por ambas a partes o termo aditivo contratual em 17 de março de 2020. Os valores voltaram a serem pagos normalmente a partir de 01 de janeiro de 2021.
- (iv) Refere-se a montantes pagos para a Irmandade Misericórdia de Campinas - IMC, em função de um contrato de parceria entre a ASPB e IMC para a abertura de uma unidade de Pediatria nas dependências da IMC. Os montantes foram adiantados para a concretização das obras e os investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a integralmente a depósitos judiciais realizados para contestação de valores devidos de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja discussão consiste no cálculo sobre as contraprestações, deduzidas dos custos assistenciais. Os depósitos derivam do processo nº 0021749-08.2012.8.26.0114, movido contra a Prefeitura Municipal de Campinas, sendo a ação procedente com decisão de transitado em julgado.

10. INVESTIMENTOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cotas cooperativas de crédito	1.666.260	1.384.069
Imoveis para renda (i)	5.544.966	5.544.966
Centro de Oncologia e Hematologia - Ágio (ii)	<u>6.375.248</u>	<u>41.375.248</u>
	<u>13.586.474</u>	<u>48.304.283</u>

Imóveis para Renda

- (i) Referem-se a imóveis adquiridos da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência com o objetivo de renda, conforme relação apresentada abaixo:

<u>Matrícula</u>	<u>Imóvel</u>	<u>2023</u>	<u>Situação</u>
010.746	Prédio (área total 1.361 m ²)	3.751.678	Penhorado
080.366	Prédio (área total 174 m ²)	598.019	Penhorado
004.726	Prédio (área total 174 m ²)	597.250	Penhorado
026.989	Prédio residencial (área total 240 m ²)	<u>598.019</u>	Penhorado
		<u><u>5.544.966</u></u>	

Os imóveis adquiridos para renda, estão penhorados por meio de processos de Execução Fiscal expedidos pela Vara Federal Especializada Em Execução Fiscal. A administração entende que os riscos são controláveis e avalia que a parte vendedora dos ativos conseguirá quitar tais débitos tributários.

Centro de Oncologia e Hematologia

- (ii) Em 29 de dezembro de 2022, a Operadora assinou contrato de compra e venda, adquirindo da Real Beneficência Portuguesa, o negócio de tratamento oncológico que fica localizado dentro do Hospital, por entender que este negócio possuía grande sinergia com a Operadora.

Contudo, no decorrer do exercício de 2023, a Operadora não conseguiu desenvolver o negócio a ponto de tornar-se rentável. Em acordo com o Hospital, os valores pagos a título de compra e venda da operação, foram reclassificados para ativos realizáveis (circulante e não circulante) e serão discutidos e devolvidos para a Operadora no decorrer da operação, conforme nota explicativa n° 8.

11. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2023	2022
Imóveis de uso	2.200.000	(865.333)	1.334.667	1.422.667
Móveis e utensílios não hospitalares	287.215	(189.099)	98.116	44.851
Móveis e utensílios	1.163.507	-	1.163.507	1.000.023
Equipamentos de informática	2.439.303	(1.743.036)	696.267	836.177
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.749.283	-	1.749.283	-
Maquinas e equipamentos	3.870.278	(1.638.165)	2.232.113	2.523.464
Direito de uso	532.657	-	532.657	532.657
	<u>12.242.243</u>	<u>(4.435.633)</u>	<u>7.806.610</u>	<u>6.359.839</u>

Mapa de movimentação do imobilizado

Custos	2022			2023
	Inicial	Adições	Baixas	Final
Imóveis de uso	2.200.000	-	-	2.200.000
Móveis e utensílios não hospitalares	176.030	111.185	-	287.215
Móveis e utensílios	1.000.023	163.484	-	1.163.507
Equipamentos de informática	2.245.360	193.943	-	2.439.303
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	1.749.283	-	1.749.283
Maquinas e equipamentos	3.606.475	263.803	-	3.870.278
Direito de uso	532.657	-	-	532.657
	9.760.545	2.481.698	-	12.242.243
Depreciação acumulada				
Imóveis de uso	(777.333)	(88.000)	-	(865.333)
Móveis e utensílios não hospitalares	(131.179)	(57.920)	-	(189.099)
Equipamentos de informática	(1.409.183)	(333.853)	-	(1.743.036)
Maquinas e equipamentos	(1.083.011)	(555.154)	-	(1.638.165)
	(3.400.706)	(1.034.927)	-	(4.435.633)
Imobilizado líquido	<u>6.359.839</u>	<u>1.446.771</u>	<u>-</u>	<u>7.806.610</u>

12. PROVISÕES TÉCNICAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG) (i)	1.039.748	1.056.358
Provisão de eventos a liquidar (ii)	17.717.907	12.407.796
Provisão de eventos a liquidar com o SUS (iii)	1.834.287	2.006.389
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (iv)	<u>5.157.672</u>	<u>5.450.317</u>
	<u>25.749.614</u>	<u>20.920.860</u>

i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Definida pela RN 314/12, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

ii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

A Entidade registra nessa rubrica eventos referentes a ressarcimento de despesas médicas ao SUS.

iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, alterado pela RN 274, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2008.

13. DEBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Comissões a pagar	571.150	446.847
Contraprestações - recebimento antecipado	<u>443.056</u>	<u>451.626</u>
	<u><u>1.014.206</u></u>	<u><u>898.473</u></u>

14. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fornecedores de materiais e medicamentos	<u>1.666.028</u>	<u>1.679.410</u>
	<u><u>1.666.028</u></u>	<u><u>1.679.410</u></u>

15. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Contribuições retidas - produção médica	877.844	383.000
ISSQN retido sobre produção médica	868.764	588.436
IRRF	386.771	171.043
ISSQN retido de terceiros	124.601	75.147
INSS retido	61.404	91.756
Parcelamento ISS	57.583	138.200
FGTS	<u>-</u>	<u>453</u>
	<u><u>2.376.967</u></u>	<u><u>1.448.035</u></u>

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2023
91580-9	CAPITAL DE GIRO	0,88%	10,56%	16/09/2020	16/09/2024	48	6.080.000	1.303.255	-	1.303.255
270393920	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	30/10/2020	30/09/2025	60	5.000.000	1.111.111	925.926	2.037.037
270394020	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	25/09/2020	30/09/2025	60	10.000.000	2.468.196	1.605.879	4.074.075
00A0031013	CAPITAL DE GIRO	1,12%	13,42%	09/08/2021	09/08/2025	48	185.607	46.402	27.066	73.468
0609/21	CAPITAL DE GIRO	0,71%	9,23%	01/09/2021	25/08/2025	48	10.000.000	2.938.745	1.972.764	4.911.509
2023250381	CAPITAL DE GIRO	0,70%	8,73%	25/01/2024	25/12/2025	24	2.000.000	1.000.000	1.000.000	2.000.000
2023001971	CAPITAL DE GIRO	0,65%	8,08%	01/01/2024	30/12/2029	72	8.111.844	1.351.974	6.759.870	8.111.844
2023100353	CAPITAL DE GIRO	0,65%	8,08%	01/01/2024	30/12/2029	72	4.888.156	814.693	4.073.463	4.888.156
2023250267	CAPITAL DE GIRO	0,77%	9,80%	05/04/2024	05/10/2028	54	6.500.000	1.444.444	5.055.556	6.500.000
								<u>12.478.820</u>	<u>21.420.524</u>	<u>33.899.344</u>

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2022
91580-9	CAPITAL DE GIRO	0,88%	10,56%	16/09/2020	16/09/2024	48	6.080.000	1.737.675	1.303.256	3.040.931
270393920	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	30/10/2020	30/09/2025	60	5.000.000	1.111.111	2.037.038	3.148.149
270394020	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	25/09/2020	30/09/2025	60	10.000.000	2.222.222	4.074.074	6.296.296
96314-5	CAPITAL DE GIRO	0,70%	8,73%	12/07/2021	09/06/2023	24	3.069.166	801.674	-	801.674
00A0031013	CAPITAL DE GIRO	1,12%	13,42%	09/08/2021	09/08/2025	48	185.607	46.402	73.469	119.871
0609/21	CAPITAL DE GIRO	0,71%	9,23%	01/09/2021	25/08/2025	48	10.000.000	2.938.745	4.911.509	7.850.254
2017250413	CONTA GARANTIDA	0,70%	8,40%	*	*	*	*	-	6.434.689	6.434.689
								<u>8.857.829</u>	<u>18.834.035</u>	<u>27.691.864</u>

17. DÉBITOS DIVERSOS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recebimentos a maior - RSPB (i)	37.890	4.962.437
Fornecedores e prestadores de serviços (ii)	1.000.807	788.525
Nota crédito	202.028	100.256
Depósitos não identificados	233.082	49.055
Outros debitos	46.443	9.466
Reembolso mensalidade	583	411
	<u>1.520.833</u>	<u>5.910.150</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (ii)	47.993	-
Arrendamentos a pagar (iii)	532.657	532.657
Adiantamento para aumento de capital	101.627	101.627
	<u>682.277</u>	<u>634.284</u>
Não circulante		

(i) Refere-se a valores de produção médica recebidos a maior da RSPB, que serão devolvidos no próximo exercício.

(ii) Refere-se a valores a pagar para fornecedores de serviços diversos.

(iii) Refere-se ao passivo de arrendamento a pagar, em função da adoção pela Operadora ao CPC 06 - Arrendamentos no exercício de 2022, referente ao imóvel locado onde se encontra o administrativo e jurídico da Operadora.

18. PROVISÕES JUDICIAIS – CONTINGÊNCIAS

	Probabilidade de perda		
	Provável	Possível	Remota
Contingências cíveis e tributárias	8.606.684	1.029.361	94.878
Administrativo (ANS)	94.800	45.000	2.134.602
	<u>8.701.484</u>	<u>1.074.361</u>	<u>2.229.480</u>

Os processos cíveis classificados como perda possível referem-se em sua maioria a ações de danos morais e erros médicos, e as contingências tributárias referem-se ao processo do ISSQN sob o nº 0021749-08.2012.8.26.0114 no montante de R\$ 8.413.096. Os processos administrativos caracterizam-se por multas e autos de infrações diversos aplicados pela ANS.

A movimentação das provisões judiciais está demonstrada conforme quadro abaixo:

Contingências Administrativas (ANS)	2023
Saldo em 31/12/2022	94.800
Constituição	-
Reversões	-
Saldo em 31/12/2023	<u>94.800</u>
Contingências Cíveis e Tributárias	2023
Saldo em 31/12/2022	8.606.684
Constituição	-
Reversões	-
Saldo em 31/12/2023	<u>8.606.684</u>

19. PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme estabelecido em ata da administração com a data de 01 de agosto de 2019, a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma associada da Associação de Saúde Beneficência Portuguesa, que em conformidade com as disposições estatutárias artigo 30, alíneas "b", "c" e "d", recebeu da Real Sociedade Beneficência o aporte de Fundo Social no montante de R\$ 16.500.000,00, cujo aumento foi refletido no patrimônio social da Associação e nas aplicações financeiras livres da Operadora, com a finalidade de contribuir para o complemento da Margem de Solvência, obrigação regulatória instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - Lei 9656/98.

Em 16 de agosto de 2021 foi realizado o aumento do Patrimônio Social no valor de R\$ 5.000.000, e em 30 de setembro de 2021 o valor de R\$ 4.500.000, conforme Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva com as mesmas finalidades acima descritas.

Em 31 de janeiro de 2023 foi autorizado em ata de administração a devolução do investimento para a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência no valor de R\$ 26.000.000. Esta devolução leva em conta uma série de análises gerenciais internas da Operadora, que considera a redução do capital regulatório por meio das iniciativas de governança.

20. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS – CUSTOS

20.1 – EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

Os eventos conhecidos e avisados representam o custo da operadora em relação aos serviços utilizados pelos beneficiários.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Honorários médicos	(115.583.243)	(113.643.354)
Internações	(114.383.748)	(97.775.955)
Exames	(49.447.726)	(40.010.436)
Ressarcimento ao SUS	(2.335.111)	(2.519.303)
Demais despesas assistenciais	<u>(1.858)</u>	<u>(1.885)</u>
	<u>(281.751.686)</u>	<u>(253.950.933)</u>

20.2 - EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

Quadro auxiliar de eventos médicos hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar, conforme determinação da ANS – RN nº 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º. Trimestre de 2023 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE no. 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consulta médica	Exames	Terapias	Internações	Demais despesas	TOTAL
Rede própria	-	-	-	-	-	-
Rede contratada	115.583.243	49.447.725	21.051.907	93.331.842	1.858	279.416.575
Reembolso	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio eventual	-	-	-	-	-	-
Outras formas de pagamento	-	-	-	-	-	-
Atendimento em Corresponsabilidade	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento ao SUS	2.335.111	-	-	-	-	2.335.111
	<u>117.918.354</u>	<u>49.447.725</u>	<u>21.051.907</u>	<u>93.331.842</u>	<u>1.858</u>	<u>281.751.686</u>

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	2023	2022
Multa de cancelamento de contrato (i)	100.214	114.735
Outras receitas de planos de assistência à saúde (i)	6.346	1.710.714
	<u>106.560</u>	<u>1.825.449</u>

- (i) Em 2023 foram registradas Receitas oriundas de multas contratuais por cancelamento antecipado.
- (ii) Em 2022 foram registradas Receitas oriundas de reembolsos oriundos de compras de OPMEs (Órteses e Próteses), segunda via de carteirinha e glosas.

22. PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS E DOENÇAS

A Associação possui aprovado junto à ANS o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças (Promoprev). Conforme formulário de cadastramento na ANS sob o nº 134782 – Denominação do Programa VIVER BEM. Em 31 de dezembro de 2023 não houve montantes dispendidos para o referido programa.

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Consumo de materiais e medicamentos (i)	(8.301.733)	(2.075.202)
Rateio de despesas com RSPB setor de Oncologia (ii)	(6.220.576)	-
Reembolsos a beneficiários	(427.721)	(327.781)
Alimentação	(35.790)	(16.617)
Lavanderia	(7.821)	(119)
Conservação e limpeza	(6.486)	(77.579)
Locação	(3.355)	(730)
	<u>(15.003.482)</u>	<u>(2.498.028)</u>

(i) Em 2023 houve um aumento expressivo nos gastos com consumo de materiais e medicamentos em função da aquisição do setor de Oncologia localizado nas dependências do Hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência.

(ii) Refere-se ao reembolso de despesas operacionais do setor de Oncologia adquirido do Hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, conforme nota explicativa nº 10 item (ii).

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2023	2022
Honorários e consultoria (ii)	(17.831.825)	(18.006.957)
Direitos de imagem (i)	(13.218.693)	(12.201.136)
Serviços PJ (iii)	(8.130.913)	(7.988.396)
Despesas administrativas (iv)	(2.191.112)	(422.481)
PPSC (perda de clientes)	(1.808.993)	(6.922.642)
Publicidade e propaganda	(1.176.734)	(1.622.012)
Vigilância	(948.536)	(777.173)
Depreciação	(944.256)	(686.600)
Outras despesas	(806.666)	(464.781)
Aluguel	(753.444)	(514.858)
IRRF sobre aplicações financeiras	(572.449)	(207.554)
Telefones e correios	(418.401)	(360.981)
Materiais de escritório	(396.722)	(299.111)
Taxa de saúde suplementar	(228.732)	(204.107)
Água, luz e gás	(205.116)	(134.816)
Indenizações	(179.977)	(480.000)
IPTU	(132.197)	(99.112)
Transportes	(128.147)	(85.327)
Contribuições assistenciais	(83.361)	(82.815)
INSS autônomo	(58.352)	-
Salários	(46.815)	(58.323)
Legais	(38.817)	(3.798)
Manutenção e reparos	(35.066)	(1.410.199)
Acordos civis	(31.505)	(183.757)
Refeições	(18.232)	(172.802)
Serviços PF	(4.505)	(1.194)
ISSQN (v)	-	(10.092.132)
Baixa IRRF sobre aplicações financeiras (vi)	-	(288.018)
Ajustes de inventário	497.612	-
	<u>(49.891.954)</u>	<u>(63.771.082)</u>

(i) Pagamento para a RSPB de *Royalties* em virtude do uso da marca pela Operadora.

- (ii) O aumento dos gastos com Honorários e Consultorias refere-se ao aumento das despesas com honorários técnicos, especificamente os gastos oriundos do Contrato de Prestação de Serviços Administrativos (Gestão Administrativa) firmados com a RSPB, cujo objetivo do contrato é a contratação de pessoal técnico e administrativo pela RSPB necessário para o funcionamento das áreas de: Credenciamento, faturamento, auditoria, emissão de guias, compras, cadastro, vendas e financeiro do plano de saúde da Associação.
- (iii) O aumento dos gastos com serviços prestados por P.J referem-se substancialmente por gastos com assessorias médicas e pagamentos de comissões em função da comercialização de planos de saúde.
- (iv) O aumento das despesas administrativas refere-se substancialmente às atividades de atendimento hospitalar no Hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência em decorrência de reembolsos de despesas administrativas do setor de Oncologia do Hospital.
- (v) A variação refere-se ao fato de que no exercício de 2022 a Operadora efetuou o recolhimento em juízo do ISSQN próprio em função do processo judicial n° sob o n° 0021749-08.2012.8.26.0114 conforme evidenciado na nota explicativa n° 9, e efetuou o provisionamento do montante no passivo não circulante – contingências cíveis e tributárias conforme nota explicativa n° 18 tendo sua contrapartida nesta rubrica.
- (vi) Refere-se a baixas dos montantes de IRRF a Recuperar sobre os rendimentos de aplicações financeiras do exercício de 2022 em função de sua não recuperabilidade na Operadora.

25. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Rendimentos aplicações financeiras	3.974.133	7.492.684
Juros recebidos	1.813.650	1.485.880
Outras receitas (i)	1.753.926	1.750.733
Descontos obtidos	<u>1.374.539</u>	<u>(265.996)</u>
	<u><u>8.916.248</u></u>	<u><u>10.463.301</u></u>

- (i) Contabilização de reclassificações de montantes referente a recuperação de co-participação de beneficiários.

26. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Juros sobre empréstimos	(5.232.060)	(2.086.034)
Descontos concedidos	(2.052.157)	(2.072.453)
Tarifa bancária	(1.768.757)	(1.559.693)
IOF	(489.082)	(77.308)
Juros sobre tributos	(321.805)	(46.683)
Juros e multa	(264.138)	(126.299)
	<u>(10.127.999)</u>	<u>(5.968.470)</u>

O aumento das despesas financeiras no exercício de 2023 são decorrentes dos seguintes fatores: (i) aumento dos juros pagos de empréstimos e financiamentos e IOF em função dos novos contratos captados junto às instituições financeiras Unicred e Uniprime, conforme nota explicativa nº 16; (ii) encargos financeiros pagos relativos aos impostos e contribuições pagos em atraso; (iii) aumento das despesas com tarifas bancárias tais como: pacotes de serviços, tarifas de DOC/TED e comissões bancárias.

27. RECEITAS PATRIMONIAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas eventuais	572.170	249.776
Sobras de cotas de investimentos	321.355	327.091
	<u>893.525</u>	<u>576.867</u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade, são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Associação não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não houve eventos subsequentes que devessem ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

30. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2024.

* * *